

Classe Médica e Seguradoras – Estado de Alagoas

O Ministério Público Estadual, através dos Promotores de Justiça interpôs expediente processual de Ação Civil Pública com pedido de liminar em desfavor dos planos de saúde SUL AMÉRICA SEGURO SAÚDE e BRADESCO SEGUROS e para outras operadoras de planos de saúde representados na capital do estado, Maceió.

A Medida Liminar, de natureza executiva antecipatória abrigada no Parágrafo 3º do artigo 461 do CPC, determina:

1. Que os Planos de Saúde disponibilizem os serviços contratados pelos usuários/consumidores, sem a duplicidade da cobrança de consulta particular;
2. Que as Operadoras de Planos de Saúde paguem em dobro, qualquer quantia comprovadamente paga pelo consumidor, detentor do respectivo Plano de Saúde, por oportunidade do reembolso (art. 42, parágrafo único, da lei Nº. 8078/90);
3. Arbitro multa diária por descumprimento no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para cada uma das operadoras mencionadas que não estejam prestando os serviços contratados, revertendo-se ao Fundo que menciona o art. 13, da Lei Nº. 7347/85 e do art. 10, da lei estadual Nº. 5963/97.
4. Publique-se edital para que os consumidores interessados, que desejarem, possam intervir no processo, na qualidade de litisconsortes.
5. Citem-se os requeridos, para, querendo, contestarem a presente ação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de serem reputados como verdadeiros os fatos alegados pelo autor.

P.R.I.

Cumpra-se.

Maceió/Al, 13 de maio de 2004

José Afrânio dos Santos Oliveira
Juiz de Direito